



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 83

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 25-05-2009

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Júlio Vasconcelos Oliveira, António Bastos Marques Rodrigues, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Herculano Melo Parente, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seixa Neves Ferreira, Sofia Manuela Almeida Cunha, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Júlio de Campos Soares, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
António Manuel Carvalho Serra Granjeia e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Marília Fernanda Correia Martins, Nuno Manuel Marques Pereira e Jaime Simões Borges. O Vereador António Rocha Andrade chegou às 23:00 horas.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins e, João António Fernandes Pedroso, pelos sucedâneos na lista de candidatura, António Bastos Marques Rodrigues, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Herculano de Melo Parente, e Sofia Manuela Almeida Cunha respectivamente.

A sucedânea na lista de candidatura, Paula Cristina Dias Urbano Antunes apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, José António Tavares Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizerem substituir nesta reunião por Júlio Vasconcelos Oliveira, Júlio de Campos Soares e José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

PONTO 2. – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, BALANÇO SOCIAL E INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVOS AO ANO DE 2008 DA CÂMARA MUNICIPAL E RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2008 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 06/04/2009 e reunião extraordinária de 14/04/2009, sobre o assunto em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Executivo Municipal fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe.

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos ⁰³

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁴

(Entretanto, entraram na sala os Vogais Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Casimiro Simões Calafate e Sésando Alves dos Reis)

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁵

Vereador Caetano Alves ⁰⁶

Presidente da Câmara ⁰⁷

(Entrou na sala o Vogal Joaquim Manuel Silva Marques)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos da alínea i) do artigo 27.º do Regimento: ⁰⁹

“O protesto é muito simples e tem a ver com o que sucedeu há uns dias por ocasião da cerimónia dos 20 anos (creio eu) do padroeiro de uma Escola Secundária do nosso concelho. Nessa ocasião o Senhor Vereador da Educação, Dr. Pedro Ferreira, foi bastante deselegante com a Presidente de Junta de Esgueira que para além de ser Presidente de Junta, é membro da nossa bancada da Assembleia Municipal.

O Partido Socialista esperou na sua primeira oportunidade pública e deu oportunidade ao Dr. Pedro Ferreira de se retratar da forma deselegante que nós entendemos que tratou a nossa Presidente de Junta e também, de alguma forma a junta de freguesia de Esgueira.

Felizmente isto foi um acontecimento, toda a gente sabe do episódio que estamos falar, e o Dr. Pedro Ferreira poderá dar a sua explicação sobre isso, felizmente até foi presenciado pelo Sr. Presidente da ANAFRE e, portanto, é um reparo em forma de protesto e achamos que não é assim que se devem tratar as relações institucionais entre os vários órgãos e em exclusivo nesta situação em concreto.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰¹⁰

“Sr. deputado, eu acho que deve haver aqui algum equívoco. Para já fui a única pessoa (sem desprimor para os outros) a cumprimentar a Sr. a Presidente de Junta na altura.

Para além disso, proferi uma coisa que é muito mais interessante; disse: “Senhora Presidente, está aqui numas funções que para mim são muito mais meritórias que é a de ser professora...”. Não disse mais nada!”

Membros da Assembleia

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰¹¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹²

“Sobre este documento em concreto, é evidente que é a visão do Partido Socialista, mas é a visão do contrário.

O Sr. Presidente de Câmara disse que nos sentimos mais seguros por ter um Revisor Oficial de Contas ou um auditor externo que nos certifica as contas. E tem toda a razão. Eu pessoalmente também me sinto mais seguro.

O Sr. Presidente disse que esse Revisor teria dado jeito no passado. Também tem razão sobre isso; teria dado jeito no passado, em todo o passado, mas teria dado jeito sim, mas também dá jeito hoje! Não pode dizer que teria dado jeito no passado para algumas coisas que se passaram, nomeadamente em relação a algumas facturas que não constavam etc., etc., quando também das próprias reservas que são feitas pelo Revisor Oficial de Contas, eles hoje são clarinhas como água: «há dívidas a pagar no montante de seis milhões e cinquenta mil euros que não se encontram reconhecidas nas contas do município». Poderá ser isto, poderá ser outra questão, mas certo é que há dívidas a pagar.

Depois isto vai andando e o que é realmente grave é: primeiro a displicência com que o Sr. Presidente de Câmara fala agora dos números e da dívida, mas que são bem diferentes dos 250 milhões de euros que chegou a mencionar na comunicação social e que agora circundam à volta dos 136 milhões de euros, etc., etc.

Isto para chegar a este ponto. Diz que se contrata um revisor oficial de contas para fazer a audição às ditas; ele faz a seguinte reserva: «no presente exercício (ponto 8.3.) foi reconhecido nas Contas o efeito da inventariação e avaliação dos bens imóveis do município de Aveiro. Embora tal avaliação tenha sido aprovada em sessão de Câmara, constatamos que o valor reconhecido nas Contas diverge daquele de modo significativo”.

A primeira pergunta que lhe deixo é: porquê? Porque é que diverge?

E depois o Sr. Revisor Oficial de Contas, explica: «nos termos da lei, aquela avaliação deveria ter sido efectuada com efeitos ao ano da primeira aplicação do Plano oficial de Contas das autarquias locais, portanto ao POCAL e, segundo as regras legalmente estabelecidas. Devia ter sido com o método de valorização, para o caso dos bens que se conheça o custo histórico, e de custo de aquisição ou de produção. Só para os restantes casos poderiam os bens serem avaliados com recurso a critérios técnicos, designadamente o de valor real de mercado».

E eu até aqui já lhe faço a questão, mas depois ele diz o seguinte: «a metodologia que foi utilizada de forma generalizada pela Divisão de Património Imobiliário, não tivemos possibilidade de quantificar a diferença da avaliação, pois não obtivemos os cálculos que suportaram a avaliação efectuada pelos Serviços”.

Ou seja, como é que tendo sido solicitado pelo revisor Oficial de Contas as documentações técnicas para fazer a avaliação do imóvel, por que é que não foi dado ao Revisor Oficial de Contas para que pudesse fazer o seu trabalho com mais exactidão? Ficamos com essa dúvida; porque é que não foi dado? Porque é que se contrata alguém e depois não se lhe dão todos os elementos para ele fazer o trabalho para o qual foi contratado?

Esta era uma questão que lhe deixava para já para que me pudesse esclarecer. Estou a ver pelo risinho nervoso do Dr. Pedro Ferreira que já devem ter a resposta preparada, admito que sim.

E só lhe estou a fazer estas perguntas porque tem que ser. Porque o relatório de um ROC e, por exemplo, numa empresa, é feito (não sei se isto é publicitado ou não), são comunicadas que as contas vão ser feitas, vão ser feitas as reservas a), b) e c) os senhores querem corrigir? Essa a questão, não sei se foi assim, estou a dizer que costuma ser, pelo que tenho conhecimento da vida comercial privada.

Depois ou são feitas as correcções ou não; e manifestamente, seguramente que deve ter sido feita esta comunicação. É evidente que estou a funcionar sem rede aqui porque não tenho essa certeza, mas seguramente que foi feita essa comunicação e que foi opção da Câmara de não dar esses dados que eram solicitados pelo ROC.

E isto para dizer pelo menos para já, que no relatório/parecer que é feito da parte do auditor externo, no ponto 3 diz que: «como corolário da actividade que desenvolvemos, em especial da apreciação de documentos de prestação de contas, contactámos que (entre outras coisas) que a execução orçamental evidencia um desequilíbrio entre receitas e despesas correntes (enfim, não é novidade), e que ainda não se encontra implementado (isso já o Sr. Presidente da Câmara teve a bondade de avançar) um sistema de contabilidade de custos, como exige o POCAL.»

E depois diz que o relatório de gestão não inclui (isto é que me parece grave), uma proposta fundamentada da aplicação do Resultado Líquido do Exercício. Ou seja, é evidentemente a opinião do auditor externo, mas o que é facto é que não está aqui feita a fundamentação tal e qual devia ser feita e creio que é uma falha que traz o documento.

Depois diz uma coisa excepcional que é: «não tomámos conhecimento de quaisquer outras violações da lei, da lei que obriga à apresentação, que coordena ou baliza a apresentação do documento.»

E isto para falar no seguinte: a questão essencial quando fala na redução dos prazos da Câmara que não eram famosos, evidentemente, e o Sr. Presidente falou dos prazos de pagamento dos 790 dias; pois claro que reduziu! Porque os números que apareciam e apareceram na comunicação social como das câmaras que mais tarde pagava, eram números que se repercutiam ainda de tempos idos, muito antes do empréstimo!? Efectivamente, depois do empréstimo que o prazo de pagamento é muito menor. Pois claro! Foi pago com o dinheiro do empréstimo.

Mas o que não está nestas contas é que o relatório, que é um anexo à prestação de contas, no relatório preliminar de acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro, o que é o plano de saneamento financeiro? O plano de financiamento financeiro é o empréstimo! Tudo o que se lê lá ainda que mal e de forma sucinta naquelas nove páginas que aparecem, é apenas uma descrição do andamento do empréstimo. Ou seja, a Câmara mesmo no próprio relatório que faz, olvida por completo ou não traduz ou porque não tem nada para dizer em relação ao sucesso de todas as outras medidas do plano de saneamento financeiro, de todas as outras!

E portanto, o que esta Câmara fez apenas foi a aprovação do empréstimo. O que esta Câmara fez apenas foi conseguir os cinquenta e oito milhões de euros. O que esta Câmara fez apenas e logicamente, foi utilizar os cinquenta e oito milhões de euros para satisfazer as dívidas nesse montante e reduzir com isso o prazo de pagamento. Mas nada fez para além disto! Não resolveu o problema para o qual foi eleita, não resolveu.

E portanto, quando se for o dinheiro do empréstimo e a redução que o dinheiro do empréstimo permitiu, nada está resolvido. O principal problema da Câmara, que é o défice que a Câmara tem, nada está resolvido. Essa questão, para a qual o Sr. Presidente foi eleito, não resolveu — e esta é a verdade. Escudar-se nos resultados da utilização do dinheiro do empréstimo, oh Senhor Presidente... a questão essencial e o que resultou destes três anos e meio de mandato,

foi que o Sr. Presidente, a única coisa que consegui fazer foi a contratação de um empréstimo. Nada está feito em relação ao plano financeiro, que como foi dito aqui pela bancada do PS, não trazia nada mais do que o próprio empréstimo. Inclusive trazia no plano de saneamento financeiro (lá dentro) as parcerias público privadas, trazia uma série de outras coisas, de tudo, e uma série de reduções e de propostas que foram feitas aqui pelo Dr. Pedro Ferreira. Onde é que está o resultado dessas propostas? E essa é que é verdadeira questão. Foi feito um plano de saneamento financeiro para a autarquia, e esta câmara não o conseguiu fazer. Conseguiu sim a reboque disso apenas um empréstimo, adiando e empurrando a dívida da autarquia para a frente. Portanto, não resolvendo o problema apenas o adiando. Essa é que é a verdadeira questão. E por isso é que estes três anos e meio têm um balanço negativo. Porque o problema não foi resolvido de fundo como deveria ter sido feito. Ou seja, ou aveirenses que votaram na coligação “Juntos por Aveiro” convencidos que iriam ter o problema resolvido do ponto de vista financeiro, não o conseguiram resolver e apenas conseguiram adiar o problema por mais quatro anos — e essa é que é a questão!?”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁴

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰¹⁵

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁶

“Ouvi com atenção aquilo que a Mesa nos disse e, com alguma satisfação, a intervenção dos que a fizeram, com os outros a rirem-se ao lado e numa altura em que a Câmara destacou a sua actividade de uma maneira exaustiva, eu sem querer avaliar o desempenho (quem sou eu?) eu começava pelo seguinte: facturas na gaveta. Até hoje ainda não tenho resposta da factura da Junta de Freguesia da Vera Cruz, portanto esta está na gaveta. Sobre a gaveta, o relatório das conclusões do seminário, sobre a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, continua na gaveta e eu sei que está concluído!

E já agora, chamava à atenção da Câmara do seguinte, é uma situação estranha nas relações das autarquias e que eu acho que a responsabilidade não está porque não devem saber e o que acontece é o seguinte: a Câmara quando licencia pedidos de eventos (eu estou a referir-me à Freguesia da Vera Cruz) pergunta a diversas entidades municipais se há inconveniente ou não e a Junta de Freguesia da Vera Cruz, que às vezes quer fazer algum evento depara-se com situações em que as zonas estão todas licenciadas e muitas vezes já durante meses. Eu acho que seria normal que também perguntassem à Junta se realmente a coisa estaria mais ou menos bem.

E ouvi falar no reforço de eliminações públicas e eu quero-lhes dizer o seguinte: a Rua Dr. João de Moura e uma parte do canal de São Roque é uma das zonas pior eliminadas da cidade e há quatro anos que ando a mandar ofícios para a Câmara sobre estas ruas e inclusive nos relatórios que fazemos para o Plano da Câmara e invocamos sempre estas duas ruas, porque são zonas sem iluminação e que gostávamos que fossem contempladas.

E já agora também como veio agora no jornal a Rua Dom José I, era bom que, nós já focámos isto algumas vezes; portanto era só chamar a atenção, e logo que pudessem ser contempladas, eu agradecia.”

Presidente da Mesa ⁰¹⁷

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰¹⁸

Vogal António Regala (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Tudo o que se realiza ou realizou, depende do uso que se faz dos fundos do município e da maneira como se utilizam esses mesmos fundos, sejam eles presentes ou futuros.

Há por isso coisa feita, não aquilo que nós gostaríamos de ver feito, nem a quantidade desejada. Pensamos que se poderia e deveria ter feito mais, mas o justificativo financeiro sobrepôs-se sempre e condicionou profundamente a actividade deste executivo ao ponto de inoperacionalizar.

O que sobressai do relatório de gestão e prestação de contas da autarquia é a indefinição e a ausência de exactidões. Se no início do mandato a maioria sustentou o seu discurso na dívida herdada, aliás já consabida nos próprios programas eleitorais, o que é certo é que manteve esse discurso ao longo do mandato. E até se justificaria se entretanto, tivesse começado a tomar medidas para debelar a situação financeira existente. Mas não, alegou que teria de aguardar pelas conclusões das duas auditorias em curso.

O que aconteceu, é que mesmo essas duas auditorias só foram rigorosas numa coisa, a Câmara estava muito endividada. Isto porque o montante exacto da dívida não era definido, pois os próprios auditores chegaram à conclusão que a contabilidade não estava a ser feita de maneira rigorosa, deixando passar indícios de dívidas e/ou pagamentos sem o respectivo justificativo documental.

Tanto assim é que o próprio executivo, já depois das auditorias terem terminado, várias vezes alegou e denunciou o aparecimento de novas dívidas desconhecidas por não estarem contabilizadas. Aliás no parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é colocada uma chamada de atenção para dívidas a pagar, num montante de cerca de seis milhões e cinquenta mil euros, que não se encontram reconhecidas nas contas do município.

Mas antes de nos continuarmos a referir a este parecer, que é sintomático do actual estado das coisas, vamos colocar algumas situações que sendo importantes, sublinham a contradição entre aquilo que o executivo diz estar a fazer e a realidade.

Aquando das Gop’s este ano, em repetição do que tem vindo a ser feito em anos anteriores, foi apresentado um role de receitas que por inatingíveis, dissemos nós, iriam beneficiar o aumento da dívida. Efectivamente para a despesa, a contabilidade obriga a encontrar receitas que a anulem; e quando essa despesa é enorme, então a receita a contrabalançar também aumenta. E das duas, uma, ou há receitas possíveis que anulem as despesas ou tem que se enveredar pela redução destas, mesmo tendo em conta alguma margem.

Mas se em vez de se tentar reduzir as despesas, se insiste permanentemente em inventar receitas, então além de termos taxas de execução baixíssimas, está-se a contribuir para o aumento da dívida.

Assim, tivemos uma receita global em 2008 de setenta e sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, duzentos e setenta e dezanove cêntimos, mas porque se juntou a esta, trinta e seis milhões cento e vinte e nove mil quinhentos e quarenta e dois de empréstimo de médio a longo prazo, senão a receita seria a diferença que eram quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e três mil.

Ora no Orçamento para 2008, o executivo colocou e esta Assembleia aprovou, não com o nosso voto, um total de receitas de cento e oitenta milhões quinhentos e um mil setecentos e noventa, sendo de receitas correntes a módica quantia de oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta; mais do dobro das receitas efectivamente realizadas sem o empréstimo.

Estamos perante uma taxa de execução de receita de 43% contando com o empréstimo. Mas se o retirarmos e tendo-o contabilizado no Orçamento quando ia incluído já nas contas, então a taxa de execução é de 33% e esta é que é a real.

Lá está, ao longo dos anos, esta taxa de execução em vez de aumentar para contrariar a despesa, reduz o que antevê o aumento da dívida. Se a dívida de curto prazo em 2008 reduziu

um milhão e oitocentos mil, já a de médio e longo prazo aumentou dezasseis milhões e cem mil; estamos a ver a direcção das coisas! Com o Orçamento para 2009 que foi aprovado, idêntico na sua filosofia aos anteriores, não teremos até ao final deste mandato nenhuma redução da dívida antes pelo contrário. Só em empréstimos à Banca há um ano tínhamos quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e um mil quinhentos e noventa e um, hoje no final de 2008 e por necessidades imperativas, bem já aqui ditas, já temos setenta e oito milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e um.

E agora voltando ao parecer da Sociedade de Revisores oficiais de Contas, tirámos conclusões que vão de encontro aos receios que temos vindo a apresentar nesta Assembleia. Mas não é o termos razão que nos satisfaz! O que nos satisfaria era não vermos o futuro da autarquia empenhado. A situação que se vive é assaz preocupante; em três anos e meio de mandato, ainda se não ter conseguido inverter o rumo das finanças é preocupante.

A insistência no erro é preocupante! O parecer refere que o município de Aveiro apresenta um excesso de endividamento líquido, um desequilíbrio orçamental entre a receita e despesas correntes e um sistema de contabilidade de custos, continua a não estar implementado como é exigido no POCAL.

Isto já eram certezas das duas auditorias. Afinal se estas não serviram para dar o valor exacto da dívida, ao menos naquilo que garantiram como real, isto por exemplo, deveriam ter servido para aplicar correcções, o que não aconteceu.

Por aqui podemos concluir que a afirmação que se estava à espera do resultado da auditoria, para saber a verdadeira dimensão do problema, não passa de mera desculpa. Mas este parecer ainda diz mais, que anotam que nas contas, existem algumas anomalias, geradores de distorções que podem ser consideradas materialmente relevantes, daí a certificação ser feita com reservas, por desacordo e por limitações de âmbito.

Perante tudo isto, não podemos confiar no que nos é apresentado, nem tão pouco ter garantias que num futuro próximo, a situação financeira do município sofra um percurso no sentido inverso, algo que tem vindo a ter até aqui, cumulativamente com outras medidas que consideramos gravosas e que já várias vezes indicamos, tememos seriamente que se esteja a hipotecar o futuro do nosso concelho.”

Vogal Nelson Peralta (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Antes de mais o Bloco de Esquerda quer expressar um voto de rápidas melhoras a Carlos Candal, um membro desta Assembleia que como é público se encontra com problemas de saúde.

Relativamente ao assunto que aqui nos traz, a prestação de contas que a Câmara Municipal nos traz aqui hoje, diz-nos imenso sobre o Orçamento de 2008.

O Orçamento não definia qualquer descrição sobre os investimentos, nem definia qualquer prioridade ou hierarquia entre os mesmos. Vemos agora que o nível de execução anual foi de 22,5% e o global de 41,7%.

Temos assim que, tal como o Bloco de Esquerda na altura declarou, o Orçamento de 2008 aprovado por esta Assembleia, com o voto contra do Bloco de Esquerda, era uma carta em branco, o que permitia e permitiu ao executivo de forma arbitrária, decidir quais os investimentos a realizar e quais os que ficavam na gaveta.

Esta é a primeira justificação que a Câmara Municipal deve a esta Assembleia. Apenas ter realizado uma parte do previsto, deve-se certamente à falta de dinheiro e à inépcia do executivo. Mas porque é que aquando do Orçamento o executivo não permitiu a esta Assembleia o conhecimento do plano real e a discussão de quais eram os investimentos que deveriam ser prioritários.

Contudo a baixa execução do orçamento não é uma má notícia, já que consideramos que as opções políticas em causa não eram as melhores para os cidadãos e para a vida em sociedade.

Pelo contrário, as opções deste executivo iam no sentido da mercantilização dos Serviços Públicos, onde destaco a área da educação e é uma excelente notícia que as intenções da autarquia neste sentido não se tenham concretizado. A este propósito as escolas continuam degradadas e a única certeza é que se a autarquia for com o seu Plano avante, isso custará muito, mas mesmo muito a cada aveirense.

O Presidente Élio Maia reclama uma vitória, uma única vitória do seu exercício como Presidente de Câmara, a credibilização das contas da autarquia, contudo verificamos que quatro anos volvidos após a sua eleição os contornos das contas ainda não são exactos nem objectivos. Algo que o Presidente Élio Maia muito criticara e com razão no executivo anterior. De acordo com o certificado legal das contas, há dívidas de seis milhões que não se encontram reconhecidas nas contas do município. Existe uma sobreavaliação de onze milhões de euros, por falta de avaliação que tenha em conta as correspondentes perdas de valor das participações do município. Há trinta e dois milhões de euros que previsivelmente se transformarão em passivo num futuro próximo.

Mais, o relatório não consegue fazer uma estimativa fiável do passivo contingente à data de referência das demonstrações financeiras. Portanto as contas ainda hoje não são claras.

Este executivo tem o mérito de ter transferido as dívidas a várias empresas, fornecedores, associações e cidadãos para uma entidade bancária. Temos que lhe reconhecer esse mérito e o Bloco de Esquerda reconhece-o; contudo não se pode ignorar a opção deste executivo que contrariamente às recomendações da oposição, optou por uma taxa de juro fixa de 5,9%, que custará vários milhões de euros a mais ao erário público e a cada aveirense.

Agora, o vereador responsável naquilo que é uma implícita admissão do erro, adianta que os termos do empréstimo são para rever ou para voltar ao mercado. Esta autarquia tem o mérito de ter encontrado um paliativo para as contas, mas não as conseguiu aclarar nem estancar o dramático aumento da dívida. Esta autarquia não conseguiu aliás sair das receitas do passado ou utilizar dinheiro que não existe, nem existirá como um acto financeiro para atingir receitas ou agilizar contas. Se no passado era o caso “Bairrolar” e tantos outros, no presente esta autarquia pede um empréstimo, contrapondo uma receita de sessenta e cinco milhões de euros da concessão do estádio, para o período onde o mesmo será cedido gratuitamente.

Aliás ainda a propósito deste protocolo onde os aveirenses serão privados da única piscina olímpica do concelho, não só o protocolo é negativo, como a entidade continua a acusar a autarquia de incumprimento. Nada se resolveu e pelos vistos a Câmara Municipal vai perder mais património.

As empresas municipais persistem com a respectiva duplicação de despesas. O executivo congratulou-se hoje aqui com a redução do número de colaboradores, ao mesmo tempo que o recurso a serviços externos é cada vez mais e mais dispendioso. Mas na abertura desta intervenção falava que o executivo definiu sem a contribuição democrática desta Assembleia a prioridade de cada investimento. 2008 foi um ano difícil para os aveirenses. Um ano onde as consequências da crise fizeram notar pelo aumento do desemprego e da carestia de vida.

Portanto neste cenário o que fez a autarquia liderada pela coligação PSD/CDS/PP?

À partida a acção social era já o parente pobre do Orçamento com uma dotação a rondar apenas o 1%. Em 2008 a taxa de execução anual na área da acção social foi de 16,8% e a taxa de execução global de 32,98%, portanto ambas abaixo da média do restante Orçamento, assim se vêem as prioridades nesta Câmara.

As verbas realmente gastas na acção social claramente insuficientes à partida foram divididas da seguinte forma: quase tudo para o pagamento de subsídios a instituições de solidariedade social, sobrando apenas mil quatrocentos e trinta e dois euros e noventa e seis cêntimos para acção social da autarquia; é esta a dimensão da acção social própria da autarquia.

Não está em causa o trabalho meritório das IPSS's, mas as contas demonstram que a autarquia se demite das suas responsabilidades para com os cidadãos aveirenses, com os cidadãos que mais precisam na época em que é mais preciso, a Câmara Municipal de Aveiro

não tem acção social própria. Esta é uma dívida de que não se fala, é a dívida social da autarquia de que não se fala.

O executivo bem pode apresentar planos de acção social que não passam da compilação de serviços desenvolvidos por IPSS's ou financiados pela Segurança Social. O executivo bem pode dizer que está atento às consequências da crise, contudo as contas demonstram a insensibilidade social desta Câmara Municipal.

Isto no que diz respeito à emergência social, neste momento particularmente difícil a autarquia se pauta pela ausência; no que respeita à política estruturante, a autarquia continua a imprimir as políticas que nos trouxeram a crise.

Por um lado a ausência de uma política social de habitação, permite a especulação dos preços da habitação, fazendo com que quem compra uma habitação, se veja forçado a trabalhar toda uma vida, para pagar esta sua necessidade básica.

Por outro lado, a opção pela mercantilização dos serviços públicos provoca a carestia de vida, a exclusão dos cidadãos mais frágeis da prestação destes mesmos serviços.

Por fim, fazemos ainda notar, que a autarquia pretende levar esta mercantilização ao próximo passo, a privatização dos serviços públicos. Privatizações que privam o cidadão dos seus direitos e das suas necessidades mais essenciais.

Posto isto, esta prestação de contas, demonstra não só a insensibilidade social da Câmara Municipal, como demonstra que as opções políticas tomadas em Aveiro pelo executivo, são as mesmas tomadas a nível nacional e internacional e que nos trouxeram a actual crise.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Bom, se calhar começando por dizer que muitas das afirmações do interveniente anterior é que justificam exactamente as boas políticas que esta Câmara tem vindo a adoptar, exactamente uma política virada para os outros, virada para mobilizar as diferentes associações, mobilizar a nossa sociedade e exactamente fazendo uma boa gestão dos recursos e não centralizando na própria Câmara Municipal de Aveiro, aquilo que outros podem fazer.

Mas eu gostava de iniciar esta minha intervenção, depois deste preâmbulo, dizendo que não há dúvida que os números falam por si e que as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do município de Aveiro.

Esta não é mais do que a opinião do candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Aveiro e também do Revisor Oficial de Contas que assinou esta certificação legal das contas do município de Aveiro referentes a 2008. E é aqui nesta base de factualidade, que nós nos devemos centralizar. Não há dúvida de que estes números espelham a realidade factual do município de Aveiro. Mostram que houve uma viragem e que realmente 2008 foi o ano da viragem.

Foi o ano da viragem, dirão, porque tivemos acesso a um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros como forma de saneamento financeiro. É obvio que houve todo o mérito desta Câmara Municipal de Aveiro para o conseguir, para fazer com que o Tribunal de Contas pudesse dar o visto, para nós, como já aqui foi referido, podermos agora orgulharmo-nos de voltarmos a ser um município que honra os seus compromissos, pagando atempadamente, como qualquer pessoa de bem deve fazer e o município de Aveiro deve dar o seu contributo e deve dar o seu exemplo.

O relatório que acompanha esta prestação de contas, como o anexo e o relatório do plano de saneamento financeiro é, como não podia deixar de ser, um relatório sucinto como tem que ser, pelo facto de o plano de saneamento financeiro foi implementado no último mês de 2008.

Este relatório refere-se a 2008 e por isso não pode dizer muito mais do que aquilo que na realidade diz e por isso muitas das suas páginas referem os seiscentos e trinta e dois pagamentos efectuados por esta Câmara Municipal; e é isso que eu gostava de relembrar, é

que só num mês conseguimos honrar vinte e nove milhões de euros de compromissos assumidos e que isto, representavam de dívidas a terceiros seiscentos e trinta e dois pagamentos! É muito! É muito pagamento.

Não devia ter sido num dia não! Não, não, as coisas não se fazem em cima do joelho. Eu sei que vem habituado ao passado, mas as coisas não se fazem em cima do joelho e, por isso aquilo que nós estamos perante é, uma credibilização deste nosso município.

E é claro que ainda há dívidas a pagar e que ainda não são reconhecidas. É pena que o candidato do Partido Socialista, que até já esteve na Câmara e esteve nesta Assembleia, eu nem sei porque é que não está nesta Assembleia para partilhar connosco as suas opiniões afinal, e que podia pelo menos ter sido esclarecido quanto às dívidas que realmente hoje coloca perante no seu artigo de jornal e porque membros da Assembleia Municipal têm o direito de expressar aqui a opinião e de pedirem esclarecimentos e não o faz e ainda por cima acusa injustamente esta Câmara Municipal de ter dívidas a pagar, num montante de seis milhões e cinquenta mil euros, por não ser reconhecidas nas contas do município.

Vá lá, não fosse agora esta explicação para mais uma vez nós vermos e sermos confrontados por mais uma destas dívidas à Partido Socialista. Uma dívida de uma obra feita já há algum tempo. De dívidas à SOMAGE e imagino o que seja, aliás todos nós que estamos aqui nesta Assembleia Municipal há muito tempo imaginamos do que é que se trata e poderei dizer para os mais novos, que tem a ver ou presumimos que possa ter a ver, com o estádio municipal.

O famigerado estádio municipal que continua a atormentar-nos, uma obra do valor de 5,8 milhões de euros, como nos disse agora o nosso Presidente da Câmara e por isso que justifica praticamente toda esta fatia de facturas na gaveta e agora nós percebemos porque é que realmente não está a ser paga! Porque mais uma daquelas pressas, daquelas pressas em cima do joelho do Partido Socialista, que depois logo se vê, logo se vê com o concurso, logo se vê com o Tribunal de Contas, logo se vê com os vistos todos. Faça-se a obra e depois logo se vê.

E o que acontece é que neste momento, por causa desta mesma obra, por causa desta mesma obra, nós somos confrontados com o facto desta Câmara ter facturas na gaveta. Não tem facturas nenhuma na gaveta; tem é realmente pagamentos que gostaria muito de honrar os seus compromissos. Foram obras que foram feitas, por empresas que as fizeram de boa fé e que agora esta Câmara Municipal de Aveiro não tem como as poder pagar, não tem recurso a nenhum instrumento legal que permita pagá-las, a não ser eventualmente ir para Tribunal e ser condenada em Tribunal.

Eventualmente é isso que vai acontecer, ou seja, a Câmara para poder pagar esta obra e que tem disponibilidade para poder pagar, eventualmente terá que ser ré, terá que ser condenada, para depois podermos dizer assim: - “estão a ver, até foram condenados porque não puderam pagar ou não quiseram pagar.” Pois é, legalmente foi mais uma obra em cima do joelho do partido socialista, que já nos habituou. E pelos vistos como o Senhor Presidente da Câmara já nos avisou, eventualmente ainda haverá mais. Faz bem o candidato do Partido Socialista em não estar cá, porque assim não ouve estas coisas e pode continuar a construir os seus castelos no ar, continuar nas nuvens, em continuar a atirar as pedras e a esconder a mão, porque realmente não há razão nenhuma para poder ser atacado e continuará intocável fora desta Assembleia Municipal.

Bom, mas há outros assuntos que também são importantes e que convém realçar neste relatório da actividade do município, em relação ao ano de 2008.

É claro que esta execução orçamental foi de 42%, porque o empréstimo é claro que conta. E mais, eu realçava o facto dos cabimentos terem sido cumpridos em 72%. Parece-me que há aqui uma intenção de obra muito importante e realçando o facto de quinze milhões de euros terem ido para amortizações, ou seja, aquelas tais dívidas do passado e que nós continuamos todos a pagar.

E também uma breve referência às transferências para as Juntas de Freguesia que aumentaram. Aumentaram muito, também no ano anterior tinham diminuído muito e ainda

bem que foi agora reposto. Foi reposto o nível de um milhão de euros de transferências para as freguesias e espero que este número agora com este desafio financeiro que se antevê, que possa realmente ser reforçado muito mais e que possa ser reforçado numa percentagem se calhar tão grande como esta que foi este ano. Tomara nós, oxalá que esta Câmara não tenha que executar obra, porque as nossas Juntas de Freguesia possam e as nossas associações possam executar essa obra que de certeza, que pela proximidade que têm, a poderão executar muito melhor e em favor das populações.

Gostava também de fazer uma referência ao relatório dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Aos resultados líquidos positivos, que já é o segundo ano que se verificam, apesar das transferências agora dos resíduos sólidos urbanos para os Serviços Municipalizados.

Também referir-me à recolha selectiva, que parece que já tem avançado noutras áreas; eu pelo menos já vejo aí mais ‘oleões’ por isso para recolha selectiva de óleos, mas mesmo assim é um assunto que me preocupa e que gostaria também de partilhar aqui nesta Assembleia Municipal, o facto de me parecer que nós devíamos ser mais agressivos no sentido da recolha selectiva.

Eu acho que as políticas que tem estado a ser seguidas de recolha selectiva, principalmente por parte da ERSUC, nós devíamos insistir, ser um bocado mais incisivos na fiscalização também em que nós deveríamos fazer para que a recolha selectiva seja mais produtiva, porque estando aí a ser construída a estação de tratamento mecânico biológico, o pressuposto (e é preciso recordar esse pressuposto), é que a recolha selectiva seja uma recolha que seja muito superior, àquela que se tem verificado nos últimos anos. E por isso é um alerta que os Serviços Municipalizados de Aveiro tendo este tão bom desempenho, possam também, através da Câmara Municipal, mas também os Serviços Municipalizados poder e com a ajuda de todos nós, fazermos com que a recolhas selectiva possa ainda ser muito melhorada.

Uma última referência ainda também aos Serviços Municipalizados, a questão da água. O município de Aveiro tem vindo a utilizar captações próprias; com isto tem vindo também a diminuir a factura da água que utiliza, pagando aos municípios do Carvoeiro, mas eu gosto sempre de referir aqui, já não é a primeira vez que me refiro a isto, que é, nós não devemos utilizar tanto a água da nossa reserva estratégica que é o Vale das Maias.

Este município e reafirmo aqui isto, também tem vindo a diminuir a retirada de água dessa reserva e por isso notamos que nos últimos anos tem vindo a ser diminuída essa retirada de água e por isso é um facto que gostaria de salientar, que devemos realmente apesar de ser mais oneroso para nós recorrermos à água do Carvoeiro, devemos manter a nossa reserva estratégica daquilo que é o aquífero do Vale das Maias e por isso realçar este aspecto positivo da diminuição dessa captação dessa água.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²³

Vogal António Rodrigues (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Começou de facto hoje a campanha eleitoral e o Senhor Presidente quer-se pautar por dois valores essenciais que eu vou aqui refutar na medida do possível, isto é, a questão do rigor e da transparência.

Pois Senhor Presidente, o exemplo de governação que vossa excelência nos distribuiu durante estes últimos três anos e meio, são precisamente ao invés do que afirma, porque de transparência estamos conversados e o rigor, ele próprio no que concerne à resolução das questões estruturais da economia municipal, vamos conversá-las a seguir.

Relativamente à transparência, esta mini Câmara mais parece uma associação secreta, secretíssima mesmo, atendendo a que não frequentemente ou não raramente, a Câmara não

pode decidir porque os documentos são apresentados na hora para decisão, isto é, decisão constante.

Ora quem quer ser transparente e procurar contribuição não oculta nenhum dado, nós sabemos. Eu próprio sei porque o senti. E sei como é que se foge às questões, às questões. Porque de facto isto também é como todas as coisas, não é líder quem quer e para se liderar em política tem que se ser “gentleman.” Não é o caso, porque não estamos perante um carácter de “gentleman”.

Quero portanto dizer o seguinte, relativamente ao rigor e ao rigor das contas, as questões essenciais que são para nós complicadas e queria que ao abrigo do número 2 do artigo 43.º ficasse transcrito as minhas reservas, são as reservas dos auditores.

A aplicação ao exercício das normas técnicas e das directrizes da revisão da auditoria aprovadas pela ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi limitada pelos seguintes factos: atendendo à data da nossa nomeação e ao facto de anteriormente as demonstrações financeiras não terem sido auditadas, não estamos em condições de nos pronunciar sobre os saldos de abertura e conseqüentemente sobre o comparativo do ano anterior.

A informação que nos foi disponibilizada pelos serviços jurídicos internos e externos, não nos permite fazer uma estimativa fiável do passivo contingente à data de referência das demonstrações financeiras.

Ainda se encontram em fase de reconciliação um conjunto de saldos de terceiros, que apresentavam diferenças materialmente relevantes face aos registos contabilísticos do município.

Do nosso exame anotamos ainda que: há dívidas a pagar num montante de cerca de seis milhões e cinquenta mil euros que não se encontram reconhecidos nas contas do município.

O facto de as participações e empréstimos a entidades do grupo municipal se encontrarem contabilizadas pelo custo de aquisição e de não terem sido reconhecidas as correspondentes provisões por perdas de valor, faz com que tais rubricas se encontrem sobre avaliadas em cerca de onze milhões e quatrocentos mil euros.

No presente exercício foi reconhecido nas contas o efeito da inventariação e avaliação de bens imóveis do município de Aveiro. Embora tal avaliação tenha sido aprovada em sessão de câmara, constatámos que o valor reconhecido nas contas diverge daquele de modo significativo.

Nos termos da Lei, aquela avaliação deveria ter sido efectuada com efeitos ao ano, da primeira aplicação do POCAL e segundo as regras legalmente estabelecidas, deveria ter tido como métodos de valorização para o caso dos bens que se conheça o custo histórico, o custo de aquisição ou de produção e só para os restantes casos, poderiam os bens ser avaliados pelo recurso a critérios técnicos, designadamente o de valor real do mercado, metodologia que foi utilizada de forma generalizada pela Divisão de Património Imobiliário. Não tivemos possibilidade de quantificar a diferença de avaliação, pois não obtivemos os cálculos que suportaram a avaliação efectuada pelos serviços.

Acresce que com o procedimento utilizado, quer as quantias registadas na rubrica do património, quer nas amortizações do exercício, se encontravam sobreavaliadas.

Fruto das deficiências relacionadas com os ficheiros do imobilizado, não foram efectuadas as reposições das quantias relativas aos proveitos diferidos, relacionados com as imobilizações corpóreas, não sendo possível com a informação existente, apurar o respectivo impacto quer nos resultados, quer na rubrica do património.

Relativamente a transparência versus informação, estamos conversados Senhor Presidente.

Estou em crer e quero crer, que as contas do município, como as contas de qualquer país ou de qualquer domicílio, nosso próprio, funciona como uma tina de fases comunicantes. Se porventura nós não temos e não queríamos as condições do apor, naturalmente que consumimos; e vossa excelência tem consumido bem as contas dos munícipes e do município.

Vou passar a explicar: o efeito do empréstimo agora que serviu para aliviar e para resolver os problemas de pagamento das dívidas de curto prazo, transportou-se para um débito de longo prazo. O passivo da Câmara, ao invés de estar em vias de solução, está em vias de complicação e isto serve tanto, como diz e bem o Vereador Pedro Ferreira, que é como tudo na vida! Como tudo na vida que nos acontece, como os medicamentos quando adoecemos, eles têm um efeito benéfico porque tratam uma história, mas têm um efeito terrível e tenebroso, porque nos podem colocar efeitos secundários, que nos deixam por vezes mais doentes do que tratados. Porque a doença heterogénica é a pior que nos pode acontecer.

E eu queria agora aqui também, relativamente a esta matéria, fazer relevar o papel de alguns dos meus camaradas que porventura não estão cá, mas que dão muito jeito efectivamente à Câmara Municipal de Aveiro; quando diz no seu boletim que contabiliza trezentos e quarenta e quatro milhões de investimentos. É verdade que o devemos ao Senhor Governador Civil e ao Presidente da Distrital do meu partido, que tem influenciado fortemente, fortemente, o governo do Partido Socialista para que Aveiro, sem mérito nenhum dos seus autarcas tenha este investimento. É isto que é importante dizer, porque os aveirenses sabem bem.

E agora para concluir e terminar, sabem bem e correm este município todo e só encontram obra com uma assinatura “AS”, que quer dizer Alberto Souto. Estamos à espera de ver inscrito “EM”.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵

“Senhor Deputado António Rodrigues, eu ao cabo de quatro anos, julgava que o senhor à beira do final deste mandato, de facto pudesse ter enriquecido a sua destreza intelectual e de facto prestar o serviço que lhe compete aqui como deputado municipal. Mas não. O senhor aqui faz um exercício de perfeito autismo e demagogia e presta um mau serviço ao seu partido e ao seu eleitorado acima de tudo, com o discurso que aqui pratica e que acabou de praticar, sabe porquê?

O senhor vem aqui como uma espécie de lente, limita-se a ler um documento que já todos conhecemos. Presta mau serviço como deputado municipal e devia ter ido ao âmago da questão, sabe porquê? Nem o senhor nem o seu partido tem autoridade moral nenhuma para vir falar em rigor e transparência, sabe porquê senhor deputado? O senhor gosta muito de ler e eu pergunto-lhe e esse é o esclarecimento que quero que me faça, se o senhor deputado também para além do que leu na certificação legal de contas, por acaso terá lido a página n.º 2 do relatório de Inspeção-Geral de Finanças, que dizia que a informação financeira do município ao tempo que era governado pelo seu partido, apresentava uma escassa fiabilidade! Omitia dívida! Que os documentos não reflectiam uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial financeira e económica da autarquia. Que essa autarquia não fornecia informação adequada e atempada à tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, sublinhe-se, à tomada de decisão dos órgãos autárquicos. A prestação de informação incorrecta à Direcção Geral do Orçamento.

Mais, transparência de números, rigor das contas! Quando aí se dizia que (e já agora senhor Presidente, porque isto é um dado que é bom que fique transcrito também), eu já peço ali ao senhor Cartaxo que tenha a amabilidade depois do requerimento dirigido à Mesa, que transcreva literalmente o que eu aqui vou dizer: porque, porque..., pobre não senhor deputado, humilde e responsável, ao contrário do vosso, sabe porquê? Porque nós não passámos setecentos e oitenta e nove dias. Não nos podemos esquecer, que no relatório se dizia que em 2005 eram mil trezentos e cinquenta e dois dias para se pagar as dívidas ou seja três anos e oito meses para passarmos para noventa dias. Uma diminuição de mil duzentos e sessenta e dois dias para se pagar as dívidas.

A pergunta que eu faço senhor deputado, já se esqueceu do que é que o relatório aqui dizia? O senhor por acaso leu e tem presente o que está aqui escrito? Escrito pelo próprio Estado? Não é um Organismo público?”

Vogal António Rodrigues (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁶

“Eu vou tentar legendar alguma parte do discurso para explicar ao Dr. Miguel Fernandes aquilo que outrora alguns filósofos defendiam, o verborrismo e o regresso para iludir o povo. Vossa excelência Senhor Deputado, quer iludir o povo porque se está a esquecer que o que está em avaliação não esqueça. O fruto da política, dessa política, que conduziu a essa avaliação, foi avaliada há quatro anos.

O que está em causa... Não, não, ouça homem, ouvir não é uma tarefa difícil... porque senão como é que há-de compreender? Como é que há-de compreender? Baralha o seu discurso com o meu e depois como é egocêntrico; é egocêntrico; oh senhor do céu, é um verdadeiro ‘narciso’ aqui neste jardim convenhamos. Convenhamos que, depois não compreenderá e permitir-me-á sempre que eu lhe tenha que esclarecer e legendar o discurso. Mas é uma fatalidade e eu farei com todo o gosto; e faço-o sempre com todo o gosto.

Para lhe dizer claramente que o que está em causa não é o Vasco da Gama. O que está em causa é a forma como o candidato Élio Maia hoje aqui se apresentou com rigor e transparência e tenho aqui no documento das contas precisamente a réplica, a repetição do passado!?

Quer-se dizer os aveirenses, sabem bem, que o candidato que há quatro anos se apresentou para resolver este problema não só não o resolveu como o agravou; em nossa opinião. E tanto o agravou, e tanto o agravou, que ainda não foi de certo modo, insistentemente e repetidamente, quando sobre desta matéria perguntamos quanto é que custa aqui e ao executivo arrecadar um euro? Quer dizer assim, nós sabemos claramente que o défice estrutural da Câmara continua a ser numa última versão do Dr. Pedro Ferreira de duzentos e cinquenta mil euros mês! Ora bem, o que dá três milhões de euros ano sem mais delongas.

A diferença entre arrecadação e despesa corrente são três milhões de euros/ano!

Portanto vamos lá ver se porventura, porque o Dr. Pedro Ferreira nunca nos respondeu claramente — e é isto que era transparência. É isto que se quer e requer, não como opacidade, não como associação ou sociedade secreta como funciona a Câmara.

Vossa excelência não gosta disso... Dr. Miguel Fernandes, não fale de uma ciência que à partida desconhece.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁷

“Depois deste debate tão entusiasmado que tenho assistido esta noite, que fez rememorar tempos idos, deixem-me fazer aqui algumas notas serenas sobre o momento que passa.

Antes de mais permita-se-me que diga o seguinte: se a democracia é o exercício pleno da liberdade, no respeito integral pela opinião do outro sem reservas mentais, o Dr. Candal é para mim o Senhor Democracia em Aveiro. Desejo-lhe pois Dr. Candal rápidas melhoras.

Depois dizer-lhe que hoje ouvi aqui coisas muito agradáveis, nomeadamente Senhor Vereador Pedro Ferreira que julgo ter conquistado para um princípio que me é muito caro, a mim pessoalmente e com certeza a todos os autarcas de freguesia, o senhor vereador afirmou aqui e bem, parabéns por ter esta ideia, é uma evolução: “queremos mais competências porque acreditamos na proximidade”; esta é uma verdade irrefutável. Parabéns Senhor Dr. Pedro Ferreira.

Ao Dr. Capão Filipe que não está aqui, mas com certeza estará ai nos bastidores, eu queria lembrar-lhe o seguinte: já lho fiz pessoalmente e é bom que na lista (na lista, o termo não está bem aplicado, mas toda a gente percebe), dos aveirenses ilustres, não podem ser esquecidos

dois aveirenses que não são menos ilustres que aqueles que referiu aqui. Se falaram de José Luciano de Castro por insistência nossa, foi Primeiro-ministro de Portugal, esqueceram-se de falar de Castro Matoso e esqueceram-se de falar de Tomé de Barros Queirós. Dois aveirenses dos mais ilustres que alguma vez Aveiro teve, e é bom que a Câmara Municipal de Aveiro promova também estas personalidades do nosso passado colectivo.

Dizer também e passando à questão que aqui provocou mais debate, dizer-lhe que a acertada decisão da Câmara Municipal em transformar a dívida de curto prazo, em requalificar, dar uma nova qualidade à dívida, é uma medida excelente de gestão que obviamente não podia ter outro resultado que um claro apoio e aceitação da população.

Não se poderia exigir à Câmara que num tão curto espaço de tempo, pudesse atacar de forma definitiva a dívida globalmente considerada, não era isso que se tratava. Era de preocupação essencial com o cumprimento dos deveres, para com aqueles que são os fornecedores do município, sejam eles do município, sejam eles empresas de carácter privado ou parceiros institucionais, nos quais se inclui também obviamente as Juntas de Freguesia.

O relatório dá uma panorâmica clara do trabalho desenvolvido. Já foi aqui sobejamente analisado pelas partes. Para mim não preciso de mais para perceber o acerto de algumas medidas. Contudo (e agora pegando nas palavras do Dr. Jorge Nascimento), quero referir aqui o seguinte e corroborar o que disse, Senhor Presidente é preciso (repetindo aquilo que o Dr. Jorge Nascimento disse), pintar de preto as estradas do município de Aveiro, com o tal risco ao meio, de branco se necessário e se for possível, que pode ser na actual conjuntura, uma forma de colorir e confortar um pouco a vida dos nossos concidadãos. É fundamental que tal se faça.

E estas, para além de um apelo que para o futuro fique e eu disse aqui que o relatório era bem claro e os responsáveis percebem o que quero dizer, é preciso que na prática e na experiência que foi sendo acumulada, que o município tenha também uma outra preocupação que o relatório evidencia claramente, cumprimentando a câmara pelo relatório e pelos resultados do relatório, é de uma preocupação permanente, numa maior justiça distributiva.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [028](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [029](#)

“Sr. Deputado Pires da Rosa, tentando esclarecer algumas questões. Os ROC’s fizeram uma referência em termos de reserva à questão do tempo, porque de facto o trabalho como sabem foi público, só começou a ser elaborado em Novembro e portanto aí temos a justificação em relação a essas reservas.

Há aqui uma situação que eu não queria deixar de referir, o Senhor Presidente falou várias vezes da dívida do grupo municipal e não do município.

Nós hoje estamos aqui a apresentar as contas do município e portanto, estamos a falar destas contas. Comparar as duas coisas acho que é no mínimo de alguma inverdade em relação às situações. Está a ver senhor deputado, volta a confundir o grupo com o município! São duas coisas diferentes. Continuamos a falar do mesmo.

Em relação à aplicação dos resultados e à reserva que foi apontada, dizer-lhes que de facto foi uma opção nossa não colocar. É de Lei. Os resultados quando são negativos tem que ir para resultados transitados, pelo que não fazia sentido, mas tudo bem, aceitamos essa reserva com naturalidade.

Quanto à questão dos números e defendeu que de facto há menos pagamento em menos dias devido ao empréstimo. Os senhores deputados do Partido Socialista votaram contra o empréstimo, portanto nós podemos deduzir que são contra a redução no prazo de pagamento aos empreiteiros e às entidades.

Senhor Deputado António Regala, apenas uma relação, uma pequena incoerência ou pelo menos uma pequena análise em termos daquilo que foi a sua dissertação sobre a execução orçamental. Dizer-lhe o seguinte: se nós tivéssemos retirado o empréstimo de saneamento, obviamente que o teríamos tirado das contas. A receita em termos de execução orçamental seria também em função de um orçamento sem empréstimo, pelo que parece-nos incorrecto fazer essa análise.

Quanto à questão do aumento da dívida, o senhor deputado se calhar não ouviu a nossa intervenção inicial. O senhor deputado em relação ao início do mandato, nós reduzimos claramente a dívida e isso está expresso em todos os relatórios por entidades externas em cerca de vinte seis milhões e meio de euros, pelo que voltar a falar e transmitir a ideia que nós aumentámos a dívida é no mínimo uma irrealidade.

Quanto à não existência de Contabilidade de Custos e da sua obrigatoriedade, tal não é correcto. Neste momento no país só existem cinco câmaras que tem contabilidade de custos. Nós poderíamos ter apresentado uma versão light de contabilidade de custos e ter cumprido para todos os efeitos. Mas nós fazemos as coisas bem feitas, porque a contabilidade de custos tem que ser um instrumento de trabalho e não meramente algo para aparecer aqui na Assembleia no relatório de 700 páginas, acrescentar se calhar mais 200 ou 300 para vocês sinceramente não fará tanto sentido — deverá ser o instrumento correcto e fiel para trabalharmos.

Quanto às anomalias, naturalmente elas são relevantes e nós temos essa noção e nós pedimos expressamente aos revisores para colocarem tudo o que pretendessem em relação às anomalias em relação àquilo que não está correcto. Essa é uma diferença de postura! Essa é uma diferença de modos de ver. A grande diferença deste executivo para o anterior parece-nos, tem a ver com os documentos que nós aqui trazemos que são transparentes. Não há aqui nada que esteja debaixo da mesa ou documentos que não contenham todas as informações.

Quanto aos trinta e dois milhões de euros que poderão ou virão a ser passivo.

Senhores deputados, desde o início deste mandato nós referimos a existência de variadíssimos compromissos estabelecidos pela Câmara Municipal que muito provavelmente iriam dar origem a dívida. Parece-nos muito estranho que os senhores deputados tenham agora dúvidas em relação a isso! Teve que ser uma entidade externa a transmitir-vos isso mesmo, para vocês agora colocarem isso em questão.

Senhor deputado Nelson Peralta, obrigado pelo reconhecimento do mérito.

Quanto ao recurso à contratação externa, termos vindo cada vez mais a recorrer a ele. E se ele se está a tornar mais oneroso, não é correcto. Pedia-lhe que lesse de facto a prestação de contas e o relatório de actividades e verificaria de facto que há uma redução em termos de contratação externa por parte da Câmara Municipal de Aveiro.

Quanto ao facto da Acção Social, nós damos mais relevância à Acção Social ser feita pelas IPSS's do que pela Câmara é de facto uma opção política. Julgamos que não deverá ser o município só por si a fazer a acção social. Aliás eu acho que isso é o que é defendido em todo o lado. Quando o programa PARES foi instituído pelo Governo e nós ajudámos na concretização dos programas PARES, não me parece que o Governo pretendesse ser ele a próprio a ir gerir depois os estabelecimentos, pretendia que as associações e as instituições de solidariedade social actuassem no terreno. É uma opção política, não me parece que o seu partido ou o seu movimento tenha uma opção diferente em relação a isso, portanto não percebi a crítica.

Deputado Manuel António Coimbra em relação aos SMA's. Reconhecemos a necessidade de fazer uma melhor recolha selectiva, por isso mesmo introduzimos a recolha dos verdes e também nós agora tínhamos o ecoponto amarelo, o azul e o verde e agora temos um laranja. Não pensem que foi algo propositado, mas pareceu-nos bem este oleão que colocámos.

Em relação aos consumos. Pela primeira vez nós temos um consumo de água da Associação de Municípios do Carvoeiro próxima dos 70%. Julgo que esta meta, é a metade indicada para nós atingirmos.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰³⁰

“Apenas uma questão no que diz respeito aos aveirenses ilustres. A lista de personalidades e de aveirenses ilustres é longa e felizmente que se a fossemos enumerar é longa e será sempre incompleta, pois muitos foram aqueles que contribuíram em prol de Aveiro e até mesmo do país, de Portugal.

Para obviar esta lista que há de ser sempre incompleta, porque felizmente tivemos ao longo da história aveirenses ilustres, muitos e muitos e muitos, fizemos um primeiro ciclo, a que seguiu um segundo ciclo e ainda recentemente há uma semana iniciámos um terceiro ciclo com Mendes Leite. De modo que senhores presidentes de junta e senhores deputados, estaremos sempre receptivos a incluir nos diferentes ciclos que se forem sucedendo as personalidades que entenderem por bem fazer-nos chegar enfim essas mesmas sugestões.”

Presidente da Câmara ⁰³¹

“Duas ou três notas, a primeira sumária quanto à resolução em quatro anos do problema financeiro. É para recordar aquilo que aqui dissemos diversas vezes depois de conhecermos a dimensão do problema. São necessários 15 anos. Foi aquilo que aqui dissemos na Assembleia para resolver esse problema.

Não há milagres como sabem a não ser que tivéssemos uma máquina de fazer milhões, muitos milhões por dia, é que poderíamos resolver o problema mais cedo.

Como é que nós tendo levado já ao banco quarenta milhões de euros de juros de encargo de dívida, como é que isto se recupera? Apareceu-nos umas facturas de oito milhões e meio da SIMRIA para pagar, depois mais catorze milhões, a seguir da SOMAGE, mais RODIMOS, mais Figueiredo Dias, mais Rangéis que temos que pagar indemnizações, como é que esta questão se resolve? Enfim!

Dr. Pires da Rosa, em relação à reflexão que fez, dizer que fiquei feliz porque pela primeira vez desde que tenho o prazer de o ver nesta Assembleia suportou as suas críticas ao município num documento de uma entidade externa às próprias contas, que é um passo extremamente positivo que nós demos.

É natural, mais do que natural, como é a primeira vez e isto é feito que possa haver alguma omissão, alguma falha, algum pormenor ali que possa não ter estado perfeito. Mas o importante aqui naturalmente não é o pormenor, o importante aqui assim é esta certeza de que temos pessoas que externamente vêm avaliar e escrever a sua perspectiva sobre aquilo que nós fizemos.

Quanto à desvalorização que fez do encurtamento do prazo de pagamento ela é perfeitamente compreensível. Como já aqui foi dito não se deve a nenhum golpe de mágica. Não há aqui nenhum mágico que tenha conseguido encurtar este prazo. Também não se deve a nenhuma engenharia financeira que foi sempre uma coisa que ouvimos muitas vezes aqui, que era uma engenharia financeira que depois deu estes resultados. Também não se deve a nenhum milagre inexplicável, nada. Deve-se apenas a algo que aconteceu aqui, algo que nós, e este nós, é assim, lá na parte de cima, que nós fizemos com que acontecesse. Porque se fosse pela sua opinião, pela sua vontade e pelo seu voto, Aveiro ainda continuava a ser neste momento o município do país com maior atraso no pagamento a fornecedores e a instituições.

Sr. João Barbosa, sobre o relatório da avenida, em breve haverá uma Assembleia Extraordinária, naturalmente que essa será a altura de nós podermos aqui falarmos sobre isso e trazermos o relatório.

Quanto aquela famosa dívida de 2005, dos tais três F's, que a Câmara deve à Junta de Freguesia da Vera Cruz. Portanto ficou aqui claro que a Câmara, que o município devia à

Junta de Freguesia os FFF's de 2005. Pronto eu queria aqui recordar ao Sr. João porque tive o prazer de lhe tentar aprofundar este assunto um bocadinho mais, para ver se efectivamente se devia ou não, e recordar e fazer aqui algum processo.

Efectivamente numa reunião havida com o Senhor Presidente da Câmara em Novembro de 2003 e essa foi a última reunião que foi feita com os Presidentes de Junta, na altura ainda faltariam dois anos para as eleições, mas foi a última reunião que foi feita em 2003, conforme o Senhor João se recorda, o Senhor Presidente informou-nos que a Câmara não teria dinheiro nem para duodécimos, nem para delegações de competência. Depois houve ali alguma insistência, houve aqui uma participação dos Presidentes de Junta numa movimentação e fica renovado o papel que o Álvaro do Bem teve nesse processo, nessa altura e em relação a 2004 o Senhor Presidente condescendeu então em pelo menos incluir esses duodécimos. Foi uma condescendência que foi feita à última da hora.

Pronto quanto a 2004 penso que estamos esclarecidos e penso, tenho a ideia, tenho a convicção que esse 2004 terá sido pago.

Quanto a 2005, se deve ou se não deve, porque é isso, que o Sr. João diz que deve é de 2005. Quanto a 2005, o problema foi resolvido de uma maneira mais simples, portanto o Senhor Presidente da Câmara na altura nem sequer falou com Junta nenhuma, nem com as Juntas, não houve conversa nenhuma preparatória. Em finais de 2004 para as GOP's de 2005, não houve conversa nenhuma, pelo que simplesmente não incluiu nenhum valor para duodécimos nem para FFF's em 2005. Portanto o compromisso que a Câmara tem a esse nível que o Senhor João refere em 2005 é de zero, não tem compromisso nenhum, não foi assumido pela Câmara nenhum compromisso.

E queria agora recordar-lhe também uma coisa que certamente não se recorda, é pena não estar cá o Senhor Carlos Anileiro, mas estão aqui alguns dois ou três que participaram nisso, quero recordar-lhe que no dia 13 de Abril de 2005, face ao facto de a Câmara não lhes ter pago ainda 2004 e face a essas dúvidas todas, face ao facto de não ter reunido connosco, foi o Senhor Carlos Anileiro, Presidente da Junta de Freguesia de Eixo, promoveu uma reunião com todos os Presidentes de Junta em Eixo, exactamente para que as Juntas pudessem reflectir sobre esta questão, dos não pagamentos, das dívidas que já iam em cerca de ano e meio na altura o atraso no pagamento. E quero recordar-lhe que nesse dia, que era o dia em que as Juntas de Freguesia, as 14 podiam ter reunido, para fazer chegar à Câmara esse seu sentimento e esse seu pedido, aquilo que o Senhor João está a fazer agora aqui em 2009, portanto nesse dia 13 de Abril de 2005, nem o Senhor João, nem nenhum dos restantes Presidentes do Partido Socialista, Presidentes de Junta que eram sete na altura, eram 50%, nenhum deles apareceu nessa reunião. Ficámos sete, os outros sete a tentar ver se conseguíamos receber aquilo que agora o Senhor João vem pedir estes cinco anos depois.

Dr. Jorge Nascimento em relação aos compromissos do programa, só para lhe recordar que o no meu gabinete desde o início que estão lá afixados na parede em letra grande os 241 compromissos que nós assumimos com os cidadãos. Estão lá afixados, de meio em meio ano utilizamos um dia os cinco, para analisar cada um dos compromissos. Esta parece-nos que é a coisa mais nobre da gestão da coisa pública, é fazer aproximar o mais possível aquilo que se faz daquilo que se prometeu.

Por último que não em último Dr. António Rodrigues. Só há obras com uma única assinatura ou melhor, todas as obras e apenas uma assinatura! Excelente! É evidente que todos sabemos que qualquer obra, - felizmente que agora já não há ninguém que faça uma obra sozinho, felizmente que agora elas têm milhares de assinaturas, porque é com milhares de assinaturas que as obras se fazem.

Eu queria pedir-lhe ou convidá-lo para um exercício: há quatro anos na altura da campanha, foi distribuído um documento por um dos partidos candidatos, em que elencava as obras todas que tinham sido realizadas. Esse documento é feito pelos candidatos, pelas pessoas que participaram nisso. É o documento que está em casa das pessoas, todos têm guardado

certamente e eu convidava-o a ler esse documento. Aquilo que foi dito e que nós fizemos nestes oito anos no nosso concelho e tinha a descrição de 67 obras, que eram lá indicadas. 67 obras! Eu ia convidá-lo a fazer um exercício, para depois termos uma conversa mais calma e mais demorada. Dessas 67 obras, tirei as 12 que lá estão que nem sequer começaram. Há doze lá que lá estão por distração porque havia a ideia que já estariam, mas que não estavam pronto. Tire as 12 e tire as 25 que não foram pagas! As 25 que não foram pagas, dessa obra toda, disso tudo e vai ficar com 30 obras. Então vamos analisar depois essas 30 obras com uma assinatura pura, verdadeira. Vai lá ver a mudança da feira dos 28, foi uma das coisas que se concretizou. O apoio ao agrupamento de escolas. A realização de reuniões da Câmara nas Freguesias. A criação da Polícia Municipal. A adjudicação das novas avenidas Santa Joana e o Crasto, que nos vai custar muito dinheiro esta adjudicação, porquê? Porque foi feita uma adjudicação de duas avenidas por preços elevados, que não havia terrenos para as avenidas, não estavam comprados. Ainda não estão. Estão lá portanto não se fazem, temos que indemnizar os empreiteiros, pronto. Então o Dr. António Rodrigues vai analisar profundamente essa razãozinha, vai fazer essa quantificação e depois vamos conversar mais profundamente sobre o assunto.

Mas já agora lançava-lhe outra dúvida e outra questão, fazia-lhe uma pergunta que era a seguinte: onde é que está a assinatura em obras importantes que passaram do Prof. Celso, quando deixou de ser Presidente de Câmara, para o executivo que veio a seguir? Durante esses oito anos, o que é que aconteceu por exemplo ao Eixo Estruturante Aveiro-Águeda? É uma obra que veio do Prof. Celso, já havia protocolos com Águeda assinados, o que é que aconteceu nesses oito anos ao Eixo Estruturante? O que é que aconteceu em relação ao Tribunal Tributário à saída nesses oito anos? Saiu, houve indignação, mas ele saiu e ficámos sem ele. O que é que se passou em relação ao aterro de Cacia-Esgueira, a resolução daquele problema que lá está? O que é que foi feito de concreto, que assinatura houve nesses oito anos? A ligação ferroviária ao Porto? Plataforma multimodal Cacia-Esgueira, o que é que foi feito nesses oito anos? Museu de Aveiro, obra de requalificação do Museu de Aveiro, o que é que aconteceu nesses oito anos? Qual é a assinatura? O TGV e a ligação Aveiro/Salamanca, que passou completamente ao lado durante cerca de dois anos do município que não teve nenhuma intervenção. O que é que aconteceu em relação ao PUCA? Qual é a assinatura que está no PUCA? O que é que aconteceu nesses oito anos, que foi processo que também já vinha do mandato anterior? O que é que aconteceu em relação ao Centro de Saúde de Santa Joana, em termos concretos? Obras paradas, dívidas, problemas, chatices, aborrecimentos! O que é que aconteceu em relação à 109? Qual é a assinatura que lá está? O que é que foi resolvido em relação à transferência da 109? De concreto? O que é que aconteceu em relação à entrada e saída do nó na A25, que tanto desejávamos acolá no canal de São Roque, o que aconteceu a isso? O que é que aconteceu em relação à VIDOR? à EPA? à FRAPIL? À negociação do Quartel do Parque, e da Messe dos Oficiais? Das Carmelitas? O que é que aconteceu por exemplo em relação à nossa Ria? Onde é que está a assinatura? O que é que foi criado? Que organismo é que avançou, isto tudo? Se calhar, ficaram muitas obras, que eram muito importantes, que transitaram do mandato anterior de quem esteve e que ficaram sem nenhuma assinatura ao fim de oito anos?

Última questão, quanto ao carácter que o senhor aqui referiu há pouco. Eu quero dizer-lhe que aceito lições de carácter de muitos dos senhores deputados que aqui estão, muitos, estão aqui pessoas excepcionais, com quem eu aprendi muito e continuo a aprender e a quem eu devo muito na minha vida, mas quero dizer que em relação a si Dr. António Rodrigues, eu nunca aprendi nada, nem lhe devo nada, rigorosamente nada e não aceito também essas lições de carácter e sabe porquê? Porque me recordo aqui, logo no início de uma sua divagação, que teve em relação a um assunto que me obrigou na altura (disse-o aqui), a perder um dia da minha vida, porque ainda não o conhecia, a ir procurar informação em relação aquilo que me disse. Recordar-se certamente da sua imaginação fértil. Das suas ameaças de denúncia à

Polícia Judiciária, ao Ministério Público, inúmeras identidades, em relação ao processo do ex-Centro de Saúde Mental.

Eu acreditando no senhor, lá andei eu à procura dos elementos todos, como diria o filósofo “andei num quarto escuro à procura de um gato preto que já não estava lá”. E tudo isso não passou de uma invenção sua. Pronto até aqui normal, aconteceu até pode ter havido um equívoco. O mais grave não é isso, o mais grave é o que se passa a seguir. É que a seguir, vem alguém publicamente dizer que o senhor estava enganado, que é normal, todos nós cometemos erros todos os dias. Vem alguém insuspeito dizer assim: está errado. Provámos por documentos que estava errado. Quando o senhor tem acesso a essas provas todas que mostram que está errado, o senhor não teve a elevação de dizer: “enganei-me, desculpe.” O senhor manteve-se teimosamente na sua posição. Quanto ao carácter estamos também falados.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³²

Vogal João Barbosa (PS) ⁰³³

(Saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira Manuel Vieira dos Santos e Júlio de Campos Soares)

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰³⁴

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³⁵

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰³⁶

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰³⁷

Vogal António Regala (PCP) ⁰³⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁴⁰

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁴¹ colocou à votação o Ponto 2 - Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, relativos ao ano de 2008 da Câmara Municipal, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) e doze contra (PS10+PCP1+BE1).

Continuando, a Presidente da Mesa⁰⁴² colocou à votação o Ponto 2 - Relatório de Gestão e Contas de 2008 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e três votos a favor (PSD18+CDS5) e doze abstenções (PS10+PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁴³

“Este relatório de Gestão e Prestação de Contas advém como os anteriores de políticas sustentadas em métodos errados de fazer contas. Orçamentos como os que têm existido não incluindo exigências sérias de resolução da dívida, antes inventando receitas para aparentemente anular despesas, conjuntamente com incapacidade notória de gestão da coisa pública, antes optando pela proposta da sua alienação, não conduzem à solução dos problemas existentes.

É de facto a opção política tomada que está errada e que já demonstrou a saciedade, a incapacidade em inverter esta situação. Como não concordamos com esta opção política, não

por perrice, mas pelas razões que apresentámos e que sustentam a nossa opção, não podemos votar favoravelmente.”

Vogal Nelson Peralta (BE)⁰⁴⁴

“O Bloco de Esquerda votou contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da autarquia para o ano de 2008, uma vez que as contas da autarquia continuam a não reflectir na integra a realidade e também porque o BE considera que o essencial das políticas que as contas reflectem; o BE considera essas políticas que não dão soluções aos problemas da população e que demonstram insensibilidade social e que contém as marcas da crise, como explanamos na primeira intervenção.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁵

“O Partido Socialista votou contra, embora tendo a noção de que contas são contas, o voto é político e este voto político é essencialmente alicerçado na falta de fio condutor do Relatório de Gestão, que não é mais do que a soma do emaranhado de Relatórios de Actividade dos vários sectores de actividade da Câmara e também alicerçado nas fortes reservas que foram levantadas pelo Revisor Oficial de Contas, ou seja, numa palavra, o Partido Socialista não pode ser a favor de umas contas que espelham mais dívida e de um Relatório de Gestão que não espelha mais obra.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁶

“A bancada do PSD votou a favor do relatório de gestão, prestação de contas, balanço social, inventario dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, relativos aos anos de 2008 da Câmara Municipal de Aveiro, e também ao relatório de gestão e contas de 2008 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, pelo facto da demonstração financeira apresentarem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do municipais. Mais, relevamos o facto da câmara ter no ano de 2008, decisivamente contribuído para o seu equilíbrio financeiro face a uma politica que tem sido desempenhada de um modo sério e sustentado.

Reconhecemos também e louvamos, o trabalho que tem sido feito pelos Serviços Municipalizados de Aveiro, espelhados nos resultados positivos obtidos pelo segundo ano consecutivo.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP)⁰⁴⁷

“A bancada do CDS/PP nesta Assembleia Municipal votou favoravelmente o relatório de gestão e prestação de contas, balanço social e inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais, relativos ao ano de 2008 nesta câmara, por entendermos que a documentação espelha de forma credível, clara e objectiva, todo o o trabalho que foi levado a cabo por este executivo do ponto de vista financeiro.

Entendemos que as acções que foram desenvolvidas, permitiram devolver a honradez e aquilo que constituía as principais aspirações do município no tocante à resolução do problema financeiro. O trabalho desenvolvido é de facto um bom exemplo e a documentação que aqui é trazida, permite no futuro fazer a leitura de que será indispensável para o desenvolvimento económico e financeiro, que tanto é ansiado neste concelho.”

De seguida a presidente da Mesa⁰⁴⁸, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁴⁸, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa⁰⁴⁹ deu por encerrada a quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 01 de Junho (2.ª feira).

Eram 00:30 horas do dia 26 de Maio de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)